

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: UM MOVIMENTO CAMPONÊS E FEMINISTA

Valdete Boni*

Resumo

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi criado em 2004 como resultado da união de vários movimentos de mulheres do campo, sejam agriculturas, pescadoras ou extrativistas. Particularmente em Santa Catarina, esse movimento tem uma história de quase três décadas. Nesse período, mudanças políticas e estruturais aconteceram no campo que influenciaram suas posturas. Pretendo analisar um ponto específico dessa trajetória, a introdução do conceito de campesinato no movimento. Como esse conceito é elaborado e justificado pelas camponesas? Qual a relação entre campesinato e feminismo no discurso destas mulheres? Essas questões são discutidas levando-se em conta um breve resgate do conceito de campesinato em voga atualmente nas discussões acadêmicas.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas. Lutas. América Latina. MMC

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Mestre em Sociologia Política pela UFSC (2005). Doutora em Sociologia Política pela UFSC (2012). Email: valdeteboni@yahoo.com.br

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) possui uma história de luta de quase três décadas. Neste percurso, muitas foram as suas reivindicações e bandeiras de luta, como as militantes camponesas costumam se referir. Percebemos, neste espaço de tempo, conquistas importantes no campo dos direitos trabalhistas, especialmente inserção das mulheres camponesas como seguradas especiais da previdência.

Este artigo pretende demonstrar quais motivos levaram o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) a se tornarem MMC e qual o significado desta mudança para o movimento. Para tanto, pretendemos ir além da discussão conceitual entre agricultura familiar e campesinato, e enfatizar que, para além da mudança de nomenclatura, o movimento manteve aspectos de sua identidade anterior, embora tenha ampliado seu campo de luta ao incorporar-se à Via Campesina.

1 Considero como primeiro momento a fase de sua criação na década de 1980, as lutas pela documentação e reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais; e como segundo a fase na década de 1990, em que o movimento assume lutas ligadas a questão de gênero, mais explicitamente..

Neste sentido, destacaremos quais aspectos evidenciam a continuidade das lutas do MMA e novas propostas do movimento, tendo em vista concepções e práticas que contribuem para a elaboração do ser camponês e camponesa. A Assembleia do MMA realizada em 2001, na cidade de Concórdia/SC, traçou o que considero um momento crucial para a trajetória do movimento, o qual pode ser caracterizado como um terceiro momento¹. Esta assembleia significou o passo inicial para a criação de um dos projetos atuais mais significativos do movimento, o projeto de recuperação de sementes crioulas, do qual trataremos mais adiante.

Esta terceira fase é marcada pela exteriorização de uma postura feminista das militantes, porque é neste momento que o movimento se caracteriza como um “movimento camponês e feminista”. Tendo em vista essa caracterização e compreensão, este artigo se propõe a realizar uma reflexão sobre os sentidos de ser camponês e camponesa sob a ótica do MMC. Para tanto, partimos da definição clássica de camponês, a compreensão do MMC, onde o campesinato se caracteriza como forma de resistência para o movimento que possui uma compreensão de agricultura camponesa e feminista.

Ser camponês e camponesa para o MMC

O MMC foi criado oficialmente em 2004 como resultado da união de vários movimentos de mulheres do campo que se

incorporaram à Via Campesina, por ocasião da IV Conferência da Via Campesina. Particularmente em Santa Catarina, esse movimento apresenta uma história de quase três décadas, sendo que nesse período, mudanças políticas e estruturais aconteceram no campo que influenciaram sua postura. Anteriormente, de forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existem desde a década de 1980, como é o caso do MMA em Santa Catarina, do MMTR no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990 esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultou na criação do MMC em 2004.

A discussão a respeito da nova nomenclatura suscita uma importante questão. Qual o significado do termo “camponês” neste novo contexto do movimento? As antigas denominações de “agricultoras” e “trabalhadoras rurais” foram ressignificadas, ressurgindo o conceito de “camponesas” a partir das novas práticas e bandeiras assumidas pelo movimento. A reflexão expressa no texto “Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa”, de autoria de Marciano Toledo da Silva², que compõe a coletânea “Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade”, tem orientado a visão dos movimentos sociais em relação à nova compreensão e configuração de campesinato, entre os movimentos ligados à Via Campesina.

A identidade camponesa é o reconhecimento do que o identifica, do que lhe é próprio. Ela é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela, expressos pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida. As sociedades e comunidades tradicionais, nas quais se inserem os indígenas, os quilombolas, os sertanejos, os caiçaras, os caboclos, os extrativistas e, por fim, o campesinato em toda sua sociodiversidade, caracterizam-se pela sua dependência em relação aos recursos naturais. É no aprendizado sobre o funcionamento dos ciclos naturais – de quando chove ou faz seca, sobre as plantas que ali crescem ou os animais que por ali vivem – que nasce e se desenvolve o conhecimento sobre essa diversidade, e que tradicionalmente é repassado de uma geração a outra. Assim se constrói

2 Marciano Toledo da Silva é engenheiro agrônomo e mestre em Agroecologia. É assessor técnico do MPA e da Via Campesina Brasil.

“o modo de vida” de cada povo ou comunidade tradicional e são definidos os seus territórios, espaços onde cada grupo se reproduz econômica e socialmente, auto identificando-se com “o lugar”, por pertencer a uma cultura distinta da demais. Assim é o camponês brasileiro (SILVA, 2011, p. 453).

Nesta direção, uma das justificativas do MMC sobre a opção de fazer parte da Via Campesina e denominar-se enquanto movimento de mulheres camponesas ocorreu pelo fato de que o termo camponês englobaria a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas, bem como a associação entre as atividades de subsistência e comercialização que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e à produção de alimentos, conforme documento do movimento.

Fizemos debates sobre a *categoria camponês* que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2009).

Embora não haja referência explícita sobre a influência da Via Campesina nesta nova orientação nas falas das mulheres, nem em seus documentos, considera-se que as articulações entre os movimentos sociais do campo para se fortalecerem frente aos desafios colocados na última década foram decisivas para esse direcionamento “conceitual” do movimento. Quais diferenciações conceituais e políticas podem, portanto, ser estabelecidas entre a definição clássica de camponês e a compreensão atual do MMC, serão abordadas na sequência.

Da definição clássica de camponês à compreensão do MMC

A definição clássica de camponês elaborada por Chayanov refere-se àquele produtor familiar que cultiva a terra com vistas a garantir a subsistência da família, mas que não se insere totalmente no mercado. Ou seja, uma noção de trabalhador rural que é proprietário de seu meio de produção, mas que não “alimenta” o capitalismo. O que Chayanov teorizou na década de 1920 na Rússia Comunista, perde o sentido na atualidade para definir grande parte dos produtores familiares no Sul do Brasil, onde há uma estreita ligação com o mercado. Entretanto, mesmo considerando a existência de uma significativa relação com o mercado, a noção de trabalho familiar e satisfação das necessidades da família asseguram ainda a validade das ideias de Chayanov.

Neste sentido, Grisa e Schneider (2008) mostram a importância que a produção para o autoconsumo familiar tem nas propriedades rurais do Rio Grande do Sul. Conforme esses autores, a produção e a troca de produtos para autoconsumo é uma prática recorrente entre os agricultores. Essa forma não exclui a ideia de uma agricultura camponesa, mesmo que a propriedade produza parte dos bens exclusivamente para o mercado³.

Na França, a denominação *camponês* sempre foi muito utilizada para demarcar um tipo de agricultura baseado na exploração familiar. Se o termo, hoje, não é mais utilizado com a mesma ênfase, não é porque o camponês tenha desaparecido, mas porque foi substituído pela denominação de “agricultor familiar”.

As camponesas ligadas ao MMC não concordam com essa visão de que o camponês “está um passo atrás” em relação aos agricultores familiares. Não consideram o campesinato um modo atrasado ou com menor inserção no mercado. O diferenciam da agricultura familiar de campesinato, sendo este último compreendido como um modo de produção diferenciado, mas nunca inferior. As falas a seguir foram gravadas na abertura da 11ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas⁴, que ocorreu na cidade de Xaxim, na região Oeste, em agosto de 2010. Esta assembleia significou um momento crucial para minha pesquisa, pois, neste momento em específico, o movimento assumiu explicitamente sua posição feminista.

Muitas coisas já foram contempladas pelas que me antecederam, mas uma coisa que eu queria aqui colocar em relação à nossa identidade camponesa, o camponês, o verdadeiro camponês, ele não pre-

3 Trato aqui dos bens exclusivos para o mercado como a suinocultura e avicultura integradas e, também, a produção de fumo, que são destinadas totalmente às agroindústrias.

4 Nota-se aqui que mesmo com a mudança de nome para MMC, o movimento mantém como referência todas as assembleias estaduais realizadas a partir do surgimento do MMA. Isso demonstra que o movimento manteve uma identidade própria no estado de Santa Catarina, apesar de ter se tornado nacional.

cisa de interferência de fora, ele planeja sua unidade de produção, muito diferente na agricultura familiar, que ele apenas faz o que os outros planejam. E o camponês, ele planeja a sua unidade de produção, ele não precisa de interferência de fora. E nesse sentido, nós temos que dizer, temos que avançar bastante ainda para nós de fato sermos verdadeiros camponeses (Fala de abertura do 11^a Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010).

Na fala desta militante fica claro que o conceito de camponês para o movimento está sendo construído, a partir dos campos político e intelectual para a prática efetiva destas mulheres em suas propriedades.

Ainda durante a abertura desta assembleia, Justina Cima, uma das lideranças mais antigas do movimento, se refere ao conceito de agricultura familiar como uma forma de subordinar a agricultura camponesa. Ela fala das diferenças entre esses dois modelos e qual a opção que orienta o MMC.

E camponesa, pra nós, vou repetir aqui, que camponesa é toda aquela que produz a comida, o alimento para o auto sustento, porque nós não gostamos do termo subsistência porque parece que nós temos que subsistir, nós queremos o auto sustento e a renda. E a renda suficiente pra quê? Para ter cultura, pra ter lazer, pra ter educação, nesse sentido.

O orgulho de ser agricultor camponês, porque tem também algumas enrolações na história: para matar a agricultura camponesa, entrou o termo agricultura familiar tudo misturado. Porque o regime, o jeito de trabalhar, é familiar, isso é verdade. Mas a agricultura é camponesa [...]. Agora depois que pôs também o conceito no sentido de dar uma misturada, uma embaralhada na nossa cabeça, misturando a história da agricultura familiar e agricultura camponesa e tudo mais, também foi se instalando junto com isso as integrações e aí vai um pouco nesse sentido (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010).

Algumas características de um conceito clássico podem permanecer, com algumas adaptações. Para discutir o conceito de camponês utilizado pelos movimentos sociais temos que ir para além do conceito clássico ou do conceito acadêmico do termo. Neste sentido, parto da ideia de que a ressignificação do conceito, elaborado pelo MMC, serviu para que se conseguisse abranger a diversidade de participantes, já existentes ou potenciais, dentro do movimento. Essa mesma ressignificação foi realizada pela Via

Campesina para justificar a pluralidade dos movimentos que a compõem e para dar um caráter mais político à rede formada. Conforme Vieira (2009), não há um consenso entre os membros da Via Campesina sobre o conceito de camponês. Há, no entanto, características que se entrelaçam, como trabalhadores do campo e o que os distingue dos trabalhadores urbanos, e a ideia de um conceito político, ou seja, características que retomem a ligação que esse conceito teve no Brasil, com as Ligas Camponesas e, em outros países, com o campesinato que empreendeu lutas sociais.

A ideia de camponês remonta às Ligas Camponesas no Nordeste e é associada à luta pela terra. Trata-se mais de uma designação política do que uma categoria de análise. Porto e Siqueira (1994, p. 79) discutem a utilização dos conceitos de campesinato e de pequena produção no Brasil, a partir da década de 1950. Nesse momento, com relação à dimensão político-social, as análises estavam centradas em dois blocos distintos, de um lado latifundiários e do outro camponeses. Assim, todos que não fossem latifundiários⁵ eram considerados camponeses. Na dimensão político-ideológica, a utilização do conceito remetia às lutas empreendidas no campo, especialmente em relação às Ligas Camponesas. Na década de 1970, com o processo de modernização do campo, também a utilização dos conceitos se alterou. O conceito de pequena produção foi sendo utilizado numa tentativa de substituir o de campesinato. Nota-se, conforme as autoras, que a utilização do conceito de pequena produção contribuiu para uma despolitização no que se refere à discussão da questão agrária no Brasil. Na década de 1980, há uma tendência em se utilizar categorias empíricas em substituição aos conceitos de pequena produção e categorias de camponês para as dimensões político-ideológicas, tal como nos casos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os Atingidos por Barragens, Assentados, etc.

Com a filiação do MST à Via Campesina, a partir do final da década de 1990 até hoje, esse movimento passou a se autodenominar camponês, mesmo mantendo a antiga denominação. A crítica feita ao conceito de agricultura familiar por alguns movimentos sociais se refere ao fato de que a mesma abrange também todas as formas de produção que não são patronais.

Neste sentido, assume-se a posição de que a agricultura familiar corresponderia aos que estão inseridos mais fortemente ao mercado e campesinato representaria aqueles cuja relação com o mercado é menor. Se formos considerar apenas este aspecto,

5 É importante lembrar que as autoras utilizam o termo latifundiário, porém aqui estão inseridos não apenas o latifúndio, mas também as grandes propriedades produtivas.

a proposta desse trabalho estaria resolvida e não haveria motivo para polêmicas entre os dois conceitos apresentados. No entanto, entre as mulheres do MMC que se autodenominam camponesas, há aquelas cuja unidade de produção familiar está fortemente inserida ao mercado. Para não se excluírem, passaram a ignorar esse conceito clássico, adotando um significado de luta para o conceito de campesinato e a ideia de uma agricultura camponesa associada à agroecologia. A produção agroecológica hoje, embora esteja voltada para um importante nicho de mercado, nem sempre é suficiente para sustentar a família. Entretanto, este aspecto para as mulheres do MMC não é problema, porque são camponesas também aquelas cujos maridos utilizam agrotóxicos nas lavouras, desde que não atinjam a horta familiar. Uma camponesa relatou em um encontro do MMC que seu marido aplicou agrotóxico próximo aos canteiros de tomates que ela cultivava. A reação dela foi encher um balde com os tomates e jogar aos pés dele, dizendo-lhe que comesse os tomates envenenados. Com esta reação, buscou sensibilizar o marido para a produção orgânica, especialmente a da horta. No caso dessa militante, que é uma liderança expressiva na região, sua família se enquadra no que, em alguns de seus discursos aparece, como agricultores familiares de médio porte, ou muito inseridos ao mercado, fato este que a impede de se autodenominar camponesa, justificando que “camponês é aquele que produz seu próprio alimento”.

Grande parte das mulheres que pertencem ao MMC possuem integrações com as agroindústrias, seja de suínos, de aves ou leiteira. Quase sempre, quando me refiro à integração, destaco os ramos de suínos e aves e não a atividade leiteira que também é um tipo de integração. Isso se deve às exigências e investimentos nesses ramos que são maiores do que na produção de leite. No entanto, também a atividade leiteira vinculada a laticínios traz uma série de exigências aos camponeses, como por exemplo, a venda de uma quantidade mínima de leite para alcançar valores mais agregados. Essa medida faz com que muitas famílias abram mão de produzir queijos para o consumo próprio, comprando-os de vizinhos que não comercializam leite. Porém, em comunidades rurais onde a maioria dos agricultores vende leite, a oferta de queijos é praticamente nula. Assim, o consumo desse produto pode se tornar menor entre as famílias, já que a disponibilidade é pequena.

Na verdade, o MMC ainda está construindo essa noção de campesinato, especialmente para se diferenciar do conceito de agricultura familiar tão presente na região. Por isso, não se deve estranhar alguns entrelaçamentos entre os dois termos.

Essa questão da agricultura familiar e agricultura camponesa, na formação que vamos fazer nos dois anos do projeto, nós vamos aprofundar. Porque tem uma diferença bastante grande da concepção, por exemplo, da Via campesina, do MST do que é agricultura camponesa e agricultura familiar. Então exigiria uns dois dias ou mais para que possamos nos entender (liderança do MMC, maio de 2010).

Tal discurso mostra como as mulheres percebem a relação e diferença entre os referidos modelos de agricultura. Se, por um lado, aceitam em partes, o pequeno agronegócio, por outro, são extremamente contrárias às práticas do grande agronegócio. Justificam também que o modelo de agricultura camponesa é mais voltado para a agroecologia.

Reside nessa noção também a ênfase em que a agricultura camponesa se preocupa mais com o bem estar, pois produz alimentos saudáveis. Mais uma vez aqui, a conotação política do conceito de camponês se mescla, para elas, com princípios do ecofeminismo, ao enfatizarem que as mulheres têm mais cuidado com a saúde do que os homens, porque geram a vida e cuidam da vida.

Nesta direção, para o MMC, são justamente os conhecimentos e as práticas que diferenciam a agricultura camponesa da agricultura do agronegócio. Delgado (2005, p.66) mostra que o agronegócio é o modelo de agricultura priorizado pelo governo brasileiro. Para ele, essa opção gera dois campos bem distintos, de um lado o agronegócio altamente desenvolvido e de outro um campesinato marginal. É importante ressaltar que o conceito de campesinato ressaltado pelo autor não coincide necessariamente com o dos movimentos sociais, o que não invalida seu raciocínio.

Ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola, e externa, imiscuindo-se também no campo ambiental, agrava o quadro da exclusão no campo agrário. Esse “ajuste” praticamente prescinde da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio (três quartos do total). É também um arranjo da economia política que rearticula o poder político com o poder

econômico dos grandes proprietários rurais. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semi-estagnada (DELGADO, 2005, p. 84).

Esse modelo agroexportador, fundado no agronegócio, se assemelha muito com o antigo modelo caracterizado como modernização conservadora da década de 1970. Se, naquele momento, o que se impunha eram as sementes híbridas, a tecnologia em maquinários agrícolas e os insumos agrícolas, nesse momento, a principal alteração são as sementes transgênicas em substituição às híbridas, e o volume ainda maior de dependência em relação às sementes compradas. Nesta direção, o Movimento de Mulheres Camponesas pretende, mesmo que a partir deste modelo, mostrar as alternativas possíveis.

Desta forma, o MMC ao buscar alternativas, tenta mostrar algo diferente a partir de práticas de recuperação das sementes dos produtos básicos de sua alimentação e a busca do saber sobre ervas medicinais, em contraposição aos medicamentos alopáticos prescritos pela medicina oficial. Mais do que um discurso, tais práticas representam a luta contra a hegemonia do mercado. O fato de muitas mulheres façam parte de uma cadeia do agronegócio associada à produção de animais para as agroindústrias de carne, não as exclui de serem camponesas, bem como não significa a concordância com este modelo. Através de seus depoimentos percebe-se que, se produzem suínos ou aves para uma grande empresa, o fazem como um modo de garantir o sustento de suas famílias e a manutenção de suas propriedades, tanto para o presente como para garantir herança aos filhos ou financiar estudos a eles.

O campesinato como forma de resistência para o MMC

Como destacamos anteriormente, adotar o conceito de camponês possui para o MMC um sentido de resistência. Esta pode se referir a muitos aspectos, mas nos deteremos aqui a uma resistência contra o modelo hegemônico do agronegócio, conforme enfatiza Delgado (2005). Para essa discussão, tomo como base a contribuição de Jan Douwe Van der Ploeg, pesquisador holandês e autor da obra “Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”. Ao tratar sobre o conceito de recampesinização, o autor busca mostrar

as estratégias que garantem a permanência dos camponeses no campo. Da mesma forma, também ressalta a noção de império alimentar, onde estabelece a diferença entre os camponeses e o modelo que sustenta esses impérios alimentares.

Ploeg (2008, p. 286) considera o império alimentar como “um princípio orientador que se expressa em e através de muitas entidades e relações diferentes”. Para este autor, o “Império” alimentar não está expresso somente nas grandes corporações mundiais que dominam significativa parcela da distribuição de determinados alimentos, como a Nestlé, por exemplo, mas também nas reservas de alimentos no mundo, nas pesquisas que são desenvolvidas pelas universidades e pelas empresas de pesquisa estatais. Há nisso tudo uma inter-relação entre campesinato e império, onde o campesinato sofre, na visão deste autor, três tendências altamente destrutivas. A primeira se refere à privação de recursos aos camponeses, sejam recursos econômicos com a eliminação de linhas de créditos para determinadas culturas, seja a privação de recursos naturais como a água, seja pela introdução de produtos mais baratos no mercado. A segunda tendência se refere à precariedade vivenciada pelos camponeses no mundo, tanto nos países ricos como nas nações em desenvolvimento. A percentagem de camponeses que não atingem a renda mínima difere em países como a Holanda e o Quênia, por exemplo, porém o problema existe em toda parte e afeta o campesinato como um todo. A terceira tendência é decorrente dos diversos processos que vêm ocorrendo na agricultura mundial, tanto a introdução de novas mercadorias (aquelas que vêm substituir a produção camponesa), como a terceirização da produção de certos bens. No processo de terceirização está incluso também a busca pela produção cada vez mais barata e realizada em qualquer parte do mundo, assim como ocorre com bens de consumo. Dessa forma, os baixos preços oferecidos em países mais pobres não somente afetam os camponeses nativos, mas também o de outros países cuja produção lhes foi subtraída para ser transferida a lugares onde o custo de produção é bem menor.

Assim, como na introdução das tecnologias durante a revolução verde, as tecnologias introduzidas na atualidade têm como característica principal o “novo”, não importando as consequências dessa novidade, pois para o império o que importa é que esse “novo” seja considerado melhor do que aquilo que ele vem substituir, segundo os que decidem sobre a política econômica

(PLOEG, 2008, p. 288). Do mesmo modo, as sementes híbridas, que foram introduzidas há mais de 40 anos na região oeste de Santa Catarina, são agora substituídas facilmente pelas sementes transgênicas, mesmo que os agricultores produzam em pequena quantidade ou apenas para a alimentação de animais de lactação.

Ploeg (2008, p. 289-290) escreveu sobre a realidade de regiões diferenciadas, como a Holanda, o Peru e o estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Ele exemplifica casos destas regiões que demonstram a resistência do campesinato frente ao que considera o império. Demonstra, por exemplo, como um camponês na Holanda utiliza uma ferramenta já bem antiga para a eliminação de ervas daninhas em meio à pastagem, o que, segundo o autor, pode ser considerado como uma técnica antiquada para muitos. Mas para aquele camponês não é, pois este está evitando a utilização de agrotóxicos para combater as ervas que prejudicam suas pastagens. Dessa maneira agrega mais valor ao seu leite, além de não prejudicar sua própria saúde ou a dos consumidores e, ainda, elimina custos na produção, o que garante um ganho maior.

Um segundo exemplo retrata uma família de Catacaos, no Peru, que vive em uma Unidade de Produção Comunitária. Se comparado aos camponeses holandeses, esse casal vive em condições de precariedade, no entanto, suas condições são suficientes para garantir uma qualidade de vida que para eles é adequada. Como considera Ploeg, há uma autonomia relativa do casal que lhes garante produzir seus alimentos sem depender de trabalhar por um salário muito baixo, seja na agricultura ou fora dela, única alternativa na realidade da região em que vivem. O exemplo do Brasil apresenta o caso de um produtor de tomate que processa o produto e o transforma em molho pronto. Mais uma vez, a resistência ao império fica clara tanto na industrialização de sua produção, como na diversificação da propriedade, que garante que os principais alimentos consumidos pela família sejam produzidos ali mesmo.

Estes exemplos relatados por Van der Ploeg demonstram práticas de resistência camponesa em diferentes regiões, semelhantes àquelas desenvolvidas pelas mulheres do MMC. A recuperação e a produção das próprias sementes e a utilização de técnicas naturais para o controle de pragas são formas de autonomia frente às indústrias produtoras de sementes e agrotóxicos. Durante o tempo em que estive reunida com as mulheres, ocorreram momentos de trocas de “receitas” alternativas, por

exemplo, ao combate aos insetos. É importante enfatizar, que tais conhecimentos são socializados e publicitados nos informativos do movimento.

O império, conforme Ploeg (2008, p. 294), utiliza estratégias que criam uma invisibilidade dos camponeses com a criação dos “não lugares” para a produção, ou seja, determinados produtos são cultivados em diferentes regiões e sua transformação em subprodutos faz com que as características de quem os produziu se percam. Assim, muitos consumidores não reconhecem como frutos do trabalho agrícola as mercadorias encontradas nas prateleiras dos supermercados. Até mesmo para os próprios agricultores, tal reconhecimento não é imediato.

Ploeg (2008, p. 296) faz referência também à Burawoy para tratar sobre a dimensão utópica do campesinato. Segundo ele, os camponeses tentam criar “utopias verdadeiramente existentes” em oposição às “utopias imaginárias”. Podemos pensar a recuperação de sementes como uma utopia resistente na visão de Ploeg, uma vez que estas mulheres sabem que não vão salvar o mundo com esta prática, mas vão assim manter viva a sua esperança.

As práticas também mostram o que, na visão de Ploeg (2008, p. 299), é um princípio camponês. Para este autor, o princípio camponês consiste em “enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente”. O princípio camponês também se relaciona à subjetividade, ou seja, à forma com que os camponeses se identificam com o espaço rural e o seu modo de vida.

A definição do MMC de agricultura camponesa e feminista

É comum ouvir, seja nos depoimentos das militantes, seja nos discursos dos eventos do MMC ou em seus materiais escritos, que o MMC é um movimento camponês e feminista. No que se refere a camponês, já demonstrei anteriormente como o movimento significa esta compreensão. Já, em relação à sua posição feminista, esta é bastante recente. Foi na 11ª assembleia do MMC, em 2010, que percebi essa aproximação com o discurso feminista, que quase sempre vem acompanhado do termo camponês. Observa-se nesta posição uma aproximação à princípios do feminismo marxista, mas sempre relacionados a sua condição de mulheres camponesas.

Para nós, do Movimento das Mulheres Camponesas, o nosso feminismo vai pra além das relações de gênero: é uma proposta, é um projeto de sociedade, que enfrenta a cultura patriarcal, a opressão que nós sofremos dos homens e tudo, e também a luta contra o capital e a construção de um projeto de sociedade com mais igualdade, que é o nosso sonho. Continuar afirmando que um dia nós queremos uma sociedade socialista, que pra nós a sociedade socialista é uma sociedade igualitária, distribuição de renda, que todo mundo tenha terra, e os direitos. Então, nós, na nossa avaliação, é trabalhar um pouco essa questão, que quando falamos de feminismo, seja o nosso feminismo (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010).

A afirmação de um feminismo diferente, “o nosso feminismo”, é construído tendo como referência às suas condições de mulheres camponesas, que ainda precisam lutar muito contra a opressão de gênero.

Então, a agricultura camponesa feminista é quando as mulheres viram que jogando as sementes pela janela dava pra produzir, não pensaram em dinheiro mas sim pensaram pela continuação da vida. Então, essa é a diferença. E nós, hoje, a gente está no movimento para que a gente possa entender, o movimento faz a gente entender melhor o que é feminismo. Então, essa é uma questão que nós temos que levar em conta: o feminismo, o que é a diferença do machismo. A gente não quer tomar a frente de ninguém, mas quer, sim, firmar e lutar dentro do movimento, e fazer a luta para que a gente possa melhorar a nossa situação, para que as mulheres tenham mais a vez, possam falar. Então, aqui é um espaço que o movimento propõe para que cada uma possa colocar as suas ideias aqui (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010).

É interessante perceber que, com pouco menos de 30 anos de história, o MMC se assume enquanto um movimento feminista, sendo que na prática sempre o foi. Sua história é marcada por posturas feministas. Ocupar os gabinetes dos deputados federais e senadores em Brasília para garantir a votação dos direitos previdenciários, foi uma iniciativa de mulheres e foi concretizada por elas. Comparo esta conquista à ação em prol da aprovação do Pronaf e da diminuição de juros deste programa na década de 1990. Se nesta última as mulheres participaram através de seus sindicatos, na primeira, toda a organização partiu delas, o que caracteriza a especificidade do movimento em relação às questões de gênero.

Essa relação com o feminismo, expressada em seus discursos mais recentes, evidencia mudanças estruturais que vêm ocorrendo nas relações sociais, mas também mostra uma nova postura nos espaços coletivos dos movimentos sociais do campo. As mulheres já não se sentem intimidadas ao se assumirem como feministas, e da mesma forma que ressignificam o conceito de camponês, também adotam um feminismo com características particulares, voltado para a agroecologia, produção de alimentos saudáveis, luta contra o agronegócio, bandeiras estas que contribuem para o que considero como a postura ecofeminista do MMC.

Um bom exemplo disto pode ser percebido em suas publicações. A cartilha elaborada para preparar a 11ª Assembleia estadual do MMC/SC, através de encontros de mulheres nas comunidades rurais, tem como tema do primeiro encontro “Construindo nossa identidade de mulher camponesa e lutadora”. Para os encontros é sugerido que as mulheres levem símbolos que retratem a sua vida de camponesa como chapéu, lenço, ferramentas de trabalho, plantas medicinais, sementes, etc. Após a realização de uma dinâmica onde são utilizados os símbolos que a representam, são realizados momentos de estudo, onde se discutem os princípios do MMC, enquanto um movimento autônomo, camponês, feminista e socialista. Nesta direção, as mesmas são questionadas sobre o que entendem por identidade camponesa e feminista.

Muitas vezes, passa pela nossa cabeça que ser feminista é ter atitudes opressoras e dominadoras, semelhante ao machismo. Para o Movimento de Mulheres, ser feminista é ser mulher que luta pelos direitos, que luta pela igualdade entre as pessoas e pela transformação da sociedade.

Tem várias formas de entender o significado da palavra identidade. Para nós do Movimento de Mulheres camponesas – MMC, identidade camponesa é um processo de libertação pessoal e coletiva. Então o projeto de sociedade está relacionado com a nossa identidade camponesa. Isto quer dizer: me identifico com as mulheres e famílias que produzem alimentos saudáveis, praticam a agroecologia, recuperam sementes crioulas, plantas medicinais e nativas, protegem as fontes e nascentes, enfim, cuidam da biodiversidade como um todo.

Para nós, mulheres organizadas, ser um movimento camponês é produzir alimentos saudáveis para o auto sustento da família e a geração de renda. As mulheres têm um papel fundamental no fortalecimento da agroecologia, pois sempre cuidaram da diversidade

plantando de tudo.

Identidade camponesa feminista é também quando as mulheres que produzem alimentos saudáveis e lutam pelos direitos se encontram para refletir sobre suas vidas (Cartilha do MMC).

Em outra cartilha cujo tema trata sobre “MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis e construir caminhos de libertação” (2007), material também utilizado como referência para formação, se explicita o objetivo de divulgar o projeto de alimentação saudável e também de estimular a participação das mulheres no projeto político do MMC. Os dois primeiros encontros se propõem a discutir a “missão camponesa” de produzir alimentos saudáveis, e da resistência e sabedoria da mulher que devem ser utilizadas em defesa da vida.

O MMC vem construir junto com as mulheres camponesas o sentido político da resistência organizada, da resistência oculta, do cotidiano das mulheres camponesas marcado pela resistência e pela luta permanente em defesa da vida. Como as mulheres foram sábias ao longo da história! Sabem muito bem a importância, os mistérios e os segredos relacionados à vida! Por isso, mantém este poder de resistência, o poder que vem de dentro, de base, de organização, de um projeto de vida e de luta por uma nova sociedade (MMC, 2007).

Nesta passagem, se observa um discurso mesclado por valores religiosos e políticos. Ao mesmo tempo em que ressaltam a importância da mulher na valorização da vida, enfatizam a luta por um novo modelo de sociedade. O capitalismo não somente é responsável pela opressão de classe, como também contribui para a opressão de gênero. O movimento em seu discurso se coloca contrário a estes tipos de opressão, contra uma estrutura dominante, enfatizando como alternativa a defesa da vida, evidenciando a relação que o movimento possui historicamente com as bases da Teologia da Libertação.

O primeiro capítulo da revista “Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida” (2008) apresenta um texto intitulado “Mulheres: histórias de dor, resistência e emancipação”, em que descreve a história das mulheres e sua relação com a história dos camponeses. A descrição, objetiva e resumida, demonstra como as mulheres participaram desde os primórdios da humanidade até os dias de hoje na produção e na luta pelos seus direitos.

No fechamento desta discussão, o movimento afirma a luta feminista, tendo como base uma perspectiva popular, socialista e agroecológica.

O movimento de Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações. Estas novas relações supõem compartilhar o poder, as riquezas e o saber, superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade, a natureza (MMC, 2008).

No início das mobilizações do MMC, pela forte presença da Igreja, o tema do feminismo era considerado tabu dentro do movimento. Embora as mulheres tivessem uma prática e postura feministas, isso não era demonstrado em seus discursos e materiais de formação. Quando afirmamos que as mulheres camponesas já apresentavam uma postura feminista mesmo antes de assumirem explicitamente tal termo em seus discursos, entende-se que estas estão relacionadas a um feminismo com viés socialista, onde o movimento já debatia questões relacionadas à classe e gênero.

Encaminhando a discussão

O Movimento de Mulheres Camponesas se reconhece como um movimento social, entretanto, suas práticas recentes vão além desse movimento mais político. O MMC exerce sobre as camponesas a função de uma organização que libertou as mulheres do papel invisível de trabalhadoras rurais, ao lutar pelos direitos trabalhistas e pelo reconhecimento da profissão de agricultora. A organização e a troca de experiências nos encontros, nos cursos, nas assembleias e passeatas fez com que muitas mulheres se reconhecessem como mulheres com direitos iguais aos homens e não mais submissas.

Além de assumirem a igualdade de direitos, a vivência no movimento proporciona à mulher o olhar em torno de suas subjetividades e particularidades, como por exemplo, em relação à importância da saúde da mulher, onde se discute sobre as doenças que as acometem, como se prevenir e como questionar a atitude dos médicos que atendem as pessoas com indiferença.

O MMC surgiu em Santa Catarina com o objetivo de ser um movimento em que as mulheres agricultoras pudessem expressar

suas ideias e promover suas lutas em busca de direitos. Durante sua trajetória, destacam-se momentos importantes e particulares. Em um primeiro momento, as lutas pelo reconhecimento profissional, que possibilitaram às mulheres do campo se tornarem “produtoras rurais”, ampliando as lutas pelos direitos trabalhistas e o reconhecimento de uma identidade. Se no primeiro, o reconhecimento como agricultora nos blocos de produtor, nos registros de casamento e nas certidões de nascimento dos filhos valorizou o trabalho realizado pelas mulheres, no segundo, essa valorização foi institucionalizada e considerada um direito.

Outro momento importante é marcado pela inserção da discussão de gênero no movimento. As questões ligadas aos direitos trabalhistas eram urgentes e foram colocados em primeiro plano, mas acabaram por suscitar questões mais abrangentes, não somente em relação à discriminação das mulheres, mas também ao receio de enfrentá-la. A participação no movimento estimulou muitas mulheres a vencer o medo de enfrentar maridos e comunidades machistas. Assim, agricultoras se tornaram lideranças políticas, contrariando os próprios “companheiros” de partido que não acreditavam em suas forças.

Outro ponto importante em sua trajetória foi a relação que o movimento estabeleceu com outras organizações sociais do campo. Ao mesmo tempo em que mantinha sua autonomia através de reuniões, assembleias e outras formas de organização, participava e ainda participa das lutas por políticas públicas para os camponeses/agricultores familiares, juntamente com os sindicatos de trabalhadores rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), além de movimentos urbanos, especialmente de mulheres. Além disso, buscou a articulação com os outros movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, especialmente com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), do Rio Grande do Sul. Da articulação com os demais movimentos de mulheres trabalhadoras rurais é que surge o MMC que, embora seja uma organização que agrega movimentos de vários estados do Brasil, manteve sua identidade própria em Santa Catarina.

Para além desta articulação política do MMC, o que busquei destacar neste artigo foi a importância da fase experienciada a partir do ano de 2001, período em que o MMC, além das lutas, empreende práticas concretas. Na verdade, as práticas que busquei destacar sempre estiveram presentes no cotidiano das mulheres,

como por exemplo, o cultivo de ervas medicinais. Entretanto, tal prática anteriormente não se caracterizava como projeto político do movimento. Esse fato está relacionado a mudanças que o meio rural na região oeste passou nas últimas três décadas, que tiveram como consequência a diminuição do cultivo de diversas variedades de alimentos que antes eram comuns à mesa das famílias rurais. Coube ao MMC fazer o resgate desses cultivos.

Trato essa fase do movimento como algo diferente porque a discussão feminista toma o primeiro plano, sem que a discussão de classe e luta popular sejam abandonadas. Ao mesmo tempo, ocorre a auto identificação das mulheres enquanto camponesas, quando da reconfiguração do movimento junto à Via Campesina, significando desdobramentos políticos importantes no confronto com o modelo econômico do agronegócio.

Estes dois aspectos estão interligados e revelam que as mulheres camponesas, em seus diversos depoimentos, se auto definem como camponesas, além de expor como conseguem compor essa definição mesmo em situações diferentes. Assim, é camponesa a mulher que cultiva sem agrotóxicos, porque o modelo de agricultura camponesa idealizado por elas é agroecológico. Ao mesmo tempo, observa-se que este projeto é construído em meio a contradições e desafios, na medida em que em suas propriedades, seus maridos ainda utilizam agrotóxicos na produção de outras culturas convencionais, o que torna a transição para um modelo alternativo um processo lento devido aos anos de imposição do mercado sobre os agricultores, principalmente no que se refere ao uso de insumos. Mesmo neste contexto, é camponesa a mulher que faz regaste de sementes crioulas e busca produzir grande parte dos alimentos consumidos na propriedade. Mas também não se excluem aquelas que possuem integrações, porque este ainda é “um mal necessário” para muitas famílias se manterem no campo. Para resolver o impasse, classificam dois tipos de agronegócio: o que visa apenas lucro (dos grandes produtores, dos monocultivos e dos empresários) e o dos agricultores familiares, que ainda mantêm vínculo com atividades convencionais e que visam a permanência no campo.

No que se refere às atividades produtivas em que as mulheres estão vinculadas, destacam-se interpretações diferentes entre as principais lideranças. Assumi essas diferenças como sendo próprias de seu papel social. A renda principal de algumas lideranças não vem da agricultura, outras possuem integrações, outras já são aposentadas e também há aquelas que produzem

somente com base na agroecologia. Essa diversidade se reflete nas suas concepções de agricultura camponesa.

Este modelo de agricultura camponesa proposto pelo MMC é sustentável, na medida em que busca a agroecologia, a proteção do meio ambiente (elas tiveram formação sobre o Bioma Mata Atlântica para aprender a preservar e a recuperar áreas degradadas), e a recuperação não somente de variedades de alimentos como também de algumas tradições que foram se perdendo com a modernização da agricultura, tendo em vista um novo projeto de sociedade, o enfrentamento da cultura patriarcal, a luta contra o capital e a construção de uma sociedade mais igualitária.

Para nós, do Movimento das Mulheres Camponesas, o nosso feminismo vai pra além das relações de gênero: é uma proposta, é um projeto de sociedade, que enfrenta a cultura patriarcal, a opressão que nós sofremos dos homens e tudo, e também a luta contra o capital e a construção de um projeto de sociedade com mais igualdade, que é o nosso sonho (grifos da autora).

Trata-se da construção de um modelo de feminismo que se adequa às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade e das relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, se caracterizando como transformações políticas.

Neste sentido de uma transformação política e cultural, se destaca o projeto de resgate de sementes crioulas de hortaliças que permeia diversas esferas, como a da agroecologia, da segurança e da soberania alimentar. É importante destacar que essas bandeiras de luta são também as bandeiras da Via Campesina e do MPA, além de movimentos que primam pela produção agroecológica e/ou orgânica. O resgate de sementes crioulas, de hortaliças e de outros alimentos pode também ser percebido como um modo de recampesinização, conforme coloca Ploeg (2006, p. 47). Não é um retorno ao passado, mas uma “reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos) que ajudam a encarar o mundo moderno [...] de forma mais adequada e atrativa”.

No que se refere à valorização pessoal das mulheres ou a sua autoestima, constatou-se que a participação no movimento é muito significativa para estas mudanças, conforme demonstram os depoimentos apresentados, caracterizando também importantes mudanças em relação a valorização da identidade camponesa

como contraponto à ideia generalizada e de senso comum de que o camponês e a camponesa seriam “atrasados”.

Observou-se também, que as mulheres possuem um discurso derivado, em grande parte da Igreja, ou melhor, de sua influência sobre elas. Isso se percebe principalmente nas falas de abertura dos encontros, nos textos que são lidos, nas canções e nas místicas apresentadas. Porém, já se nota um afastamento dos princípios religiosos mais rígidos e a incorporação de ideais advindos de outras vertentes. É essa capacidade de se ampliar, renovar e atualizar que faz do MMC um movimento que não desapareceu depois das conquistas trabalhistas, como muitos imaginavam, mas que é parte de um movimento mais amplo que luta pela construção da cidadania das populações rurais brasileiras.

Referências

ABRAMOWAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec: ANPOCS: Editora da Unicamp, 1992.

BONI, Valdete. **Poder e Igualdade**: as relações de gênero entre sindicalistas rurais – Chapecó/SC. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, Jose Graziano da; STOLCKE, Verena. **A Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** / Luciana Jaccoud, organizadora; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. Brasília : IPEA, 2005.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. **“Plantar pro gasto”**: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. RER, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, abr/jun 2008 – Impressa em junho 2008.

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Nossa história, nossas lutas**. Chapecó/SC: MMA/SC. 2000, 24p.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**; Campanha pela produção de alimentos saudáveis. Disponível em: <www.mmcbrazil.org.br> Acesso em 20/09/2007.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. "O modo de produção camponês revisitado". In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp. 13-54.

PORTO, Maria Stela G. e SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre: PPGS/UFRGS, vol. 6, p. 76-88. 1994.

SILVA, Marciano Toledo da. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (orgs). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

VIA CAMPESINA. **La voz de los campesinos y de las campesinas del mundo.** Fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://viacampesina.org/downloads/profiles/2011/BROCHURE-LVC2011-ES.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2011.

VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede Alimentar al mundo.** Documento de Punto de Vista de la Vía Campesina. Yakarta, Febrero de 2011. Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em 20 de setembro de 2011.

VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?** Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/flaviabraga.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2009.

MOVEMENT OF PEASANT WOMEN: A PEASANT AND FEMINIST MOVEMENT

Abstract

The Movement of Peasant Women (MMC) was created in 2004 as a result of the fusion of several movements of women from the countryside: farmers, fisherwomen, and extractivists. Particularly in Santa Catarina, this movement has a history of nearly three decades and during this period, political and structural changes have occurred in the countryside influencing its posture. I intend to analyze a specific aspect of this trajectory, which I regard as the peasant in the movement. How is this concept elaborated and justified by peasant women? What is the relationship between feminism and peasantry in the discourse of these women? These issues are discussed taking into account a brief rescue of the concept of peasantry in vogue in academic discussions today.

Keywords: Movement of Peasant Women. Peasantry. Feminism.